

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Quero comunicar a todos que no saguão do Palácio Guaicurus está ocorrendo o evento de lançamento do livro em homenagem à história deste Parlamento e à história do estado de Mato Grosso do Sul, uma bela homenagem ao ex-deputado e ex-presidente desta Casa senhor Walter Carneiro. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados! Bom dia, trabalhadores da educação, Fetems, ACP, entidades presentes! Leitura da ata. *"Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Sessenta e Um da Quinquagésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 356, 365, 371 e 374/2023, da Caixa Econômica Federal; Ofícios nºs 658 a 664/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo, Gleice Jane, Renato Câmara e João César Mattogrosso. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Pedrossian Neto, Pedro Kemp, Paulo Corrêa e Junior Mochi. GRANDE EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 70/2023, de autoria do deputado Lidio Lopes. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei Complementar nº 7/2023, de autoria do Ministério Público; Projetos de Lei nºs 152 a 154/2023, de autoria do Ministério Público. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de apoio, de autoria da deputada Gleice Jane, às trabalhadoras e aos trabalhadores em educação de Pedro Gomes, endereçada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pedro Gomes, pela mobilização em prol da garantia de salários justos e compatíveis com a Lei Federal nº 11.738/2008, bem como pela manutenção dos direitos conquistados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao advogado Gustavo Passarelli da Silva, por compor a lista sêxtupla dos concorrentes à vaga de Ministro do STJ; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao atleta Ithamar Nogueira, pela brilhante conquista como vice-campeão na*

*categoria Aberto no Campeonato Primeira Taça Tríplice Cachoeirinha Pãozão de Futebol Suíço, no município de Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao atleta Fabiano Aleixo Del Pino, pela brilhante conquista como campeão na categoria Aberto no Campeonato Primeira Taça Tríplice Cachoeirinha Pãozão de Futebol Suíço, no município de Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Empresa Douramoto Comércio de Motos e Peças Ltda., pelos seus trinta e quatro anos de atividades em Dourados, a serem completados no dia 28 de junho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Loja Constelo, Empresa Anlu Artigos do Vestuário Ltda., pelos seus 24 anos de atividades em Dourados, a serem completados no dia 22 de junho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada ao senhor David da Silva Ribeiro e ao senhor José Luiz dos Reis Chaves, por haverem tomado posse, no último sábado, 17, como Eminente Grão-Mestre e Poderoso Grão-Mestre, respectivamente, do Grande Oriente do Brasil – Mato Grosso do Sul (GOB/MS); requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao professor Enio Ribeiro de Oliveira, estendida aos estudantes e demais envolvidos, pela brilhante atuação à frente do 'Projeto SOS Parque Arnulpho Fioravante', produzido na Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, em Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Zé Teixeira, endereçada à Associação de Auxílio e Recuperação dos Hansenianos, mantenedora do Hospital São Julião, na pessoa de seu presidente, engenheiro Carlos Melke, e de sua presidente de honra, Irmã Silvia Vecellio, pelo lançamento da 'Campanha Hospital São Julião Rumo ao Lixo Zero', que teve início no ano 2000 e vem se desenvolvendo com sucesso, alcançando atualmente o índice de desvio 57% de seus resíduos e que o habilita a ser o primeiro hospital do Brasil a receber a certificação 'Rumo ao Lixo Zero'; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenarinho Deputado Nelito Câmara, no dia 11 de julho de 2023, das 14h às 18h, para a realização da 'Audiência Pública Prevenção e Controle do Milho Guaxo nas Propriedades Rurais de Mato Grosso do Sul'; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 27 de junho de 2023, para que, no tempo regimental, ocorra o pronunciamento do senhor Ricardo Alexandre Correa Bueno, secretário de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social em Mato Grosso do Sul, referente a projeto de lei de interesse da categoria; requerimento de informações, de autoria dos deputados Lia Nogueira e Coronel David; indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Junior Mochi, Gleice Jane, Renato Câmara, João César Mattogrosso, Jamilson Name, Lucas de Lima, Zé Teixeira, Marcio Fernandes e Neno Razuk. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra o deputado Renato Câmara. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e dois de junho do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia a todos os presentes! Expediente da Sessão Ordinária do dia 27 de junho de 2023: Ofício nº 35/2023, do Ministério dos Povos Indígenas, respondendo ao requerimento e à indicação dos deputados Zeca do PT e Pedro Kemp; Ofício nº 85/2023, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo à

indicação do deputado Renato Câmara; Ofícios nºs 672 e 680/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Lia Nogueira e Renato Câmara; Ofícios nºs 681 a 683/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Antonio Vaz, Renato Câmara, Professor Rinaldo, Zeca do PT, Lia Nogueira, Neno Razuk e Mara Caseiro; Ofício nº 940/2023, da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação do deputado Neno Razuk; Ofícios nºs 808 e 817/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Rafael Tavares e Lucas de Lima; Ofícios nºs 2.046 e 2.047/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp e Rafael Tavares; Ofícios nºs 896, 906 a 910 e 923/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima, Coronel David, Jamilson Name e Coronel David; Ofícios nºs 1.007, 1.009 e 1.183/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo às indicações do deputado Professor Rinaldo; Carta nº 731/2023, da Águas Guariroba, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Comunicamos aos senhores deputados que faremos o Pequeno Expediente e que aboliremos o Grande Expediente, em razão do evento de lançamento do livro em homenagem à história deste Parlamento e à história do estado de Mato Grosso do Sul. Após o Pequeno Expediente, passaremos à Ordem do Dia. Registramos a presença do professor Jaime Teixeira, presidente da Fetems; e do Professor Leonardo, vereador do município de Paraíso das Águas. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão! Quero cumprimentar o professor Giovani, presidente da ACP; o professor Jaime, presidente da Fetems; e o professor Roberto Botareli, ex-presidente da Fetems, e externar nossa solidariedade a todos os profissionais da educação de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul... Eu venho a esta tribuna, hoje, presidente, a fim de apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a implantação de sinalização vertical e horizontal na rua Jornalista Valdir Lago, entre as ruas Ezequiel Ferreira Lima e Arquiteto Vilanova Artigas, no bairro Aero Rancho. Apenas, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Pedro Kemp. [Manifestação na plateia, leitura uníssona]... Quero dizer aos presentes que a manifestação é bem-vinda nesta Casa; mas o direito ao uso da palavra tem de ser garantido ao deputado. Por gentileza. Pessoal, mais uma vez eu quero solicitar respeito às lideranças dos manifestantes. A manifestação pede respeito e não consegue obedecer à regra da Casa. É importante

que haja respeito de todas as partes. Vocês pedem respeito e não nos respeitam. Esta presidência os recebeu com bastante educação, mas esse tipo de manifestação não condiz com o respeito a que os professores têm direito, nem condiz com o respeito que os senhores passam para os alunos. Os senhores estão desrespeitando o Regimento desta Casa. Vocês estão desrespeitando o direito ao uso da palavra justamente do deputado que defende as pautas da Fetems. Registro novamente que esta manifestação está desrespeitando o Regimento deste Parlamento e o deputado que defende as pautas dos professores. Com a palavra, o deputado que defende as pautas da Fetems, Pedro Kemp.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente. Nós queremos a continuidade da Sessão. Nós temos requerimentos, temos pauta para discutir, precisamos ser respeitados. Nós respeitamos todos os segmentos, respeitamos a educação, somos defensores da educação; mas os manifestantes não podem cercear o parlamentar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O respeito cobrado pela manifestação não é o respeito demonstrado. Quero deixar isso registrado. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. [Seguem as falas aleatórias no plenário]...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quando nós iniciamos uma audiência pública ou uma solenidade, dizemos que esta Casa é a Casa da Cidadania e a Casa do Povo. Manifestações como esta sempre aconteceram aqui na Assembleia Legislativa, e nós precisamos entender que isso faz parte da democracia. Nós estamos cobrando respeito dos professores, mas esta Casa, a meu ver, faltou com respeito com a categoria quando votou o requerimento do deputado que persegue uma professora. A professora, que teve seu direito de exercício da profissão, que teve sua liberdade de cátedra desrespeitada. Então, é legítima a manifestação dos professores em defesa do direito da sua colega de categoria de dar aula sem ser perseguida, sem ser filmada e sem sofrer retaliação. Toda manifestação é bem-vinda nesta Casa, seja de trabalhador da educação, seja de proprietários rurais, seja de liderança indígena, seja de trabalhador da saúde, que também estão aqui hoje fazendo suas reivindicações. Pois bem. Senhor presidente, eu quero, agora, apresentar duas proposições. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de repúdio ao senhor Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, e ao Comitê de Políticas Monetária do Banco Central, pela decisão de manter a estratégia de sabotar o crescimento da economia brasileira, apesar de todos os indicadores positivos registrados nas últimas semanas, mantendo a taxa Selic em 13,75%, pela sétima vez, após reunião na última quarta-feira. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à senhora Sônia Maria da Conceição, em razão do falecimento do seu pai, senhor Vicente Paulo da Conceição, ocorrido no dia 22 de junho, no município do Rio Verde. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor Presidente, quero apresentar um requerimento de informações e três indicações. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à ministra da Saúde, senhora Nísia Trindade de Lima; ao ministro chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, senhor Alexandre Padilha; e ao procurador-chefe do Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, senhor Silvio Petengil Neto, solicitando informações sobre a apuração de denúncia de negligência por parte do DSEI-MS, que resultou na morte de uma mulher indígena grávida de oito meses e de seu filho, na aldeia Potreiro Iguaçu, em Paranhos. Além disso, estou encaminhando requerimento ao DSEI local e à Sesai em Brasília, solicitando absolutamente as mesmas informações. Por último, quero apresentar três indicações. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário estadual Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando, com urgência, o recapeamento da rodovia MS-180, no trecho que liga as cidades de Juti e Iguatemi. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a elaboração de projeto executivo visando à pavimentação asfáltica da estrada de acesso às aldeias Jaguapiru e Bororó, localizadas no município de Dourados. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a elaboração de projeto executivo visando à pavimentação asfáltica da rodovia MS-448, no trecho compreendido entre o acesso ao assentamento Tupãbaye e à aldeia indígena La Lima, e no perímetro urbano do município de Miranda. É isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro! Bom dia, senhores deputados e senhoras deputadas! Bom dia à equipe da educação e à equipe da enfermagem presentes neste Plenário! Bom dia a todos os presentes e a todos que nos assistem pela TV Assembleia. Quero apresentar algumas proposições. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Fundação de Esporte e Lazer de Mato Grosso do Sul, senhor Herculano Borges, ao prefeito municipal de Guia Lopes da Laguna, senhor Jair Scarpin, e ao secretário de Obras e Serviços Urbanos, senhor Ademar Barros, solicitando a cooperação entre os Poderes Executivos Estadual e Municipal, a fim de que sejam destinados recursos para a construção de uma área de lazer e de academia ao ar livre no município de Guia Lopes da Laguna. Este requerimento é de proposição da vereadora Débora dos Santos Barbieri. Justificativa anexa. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário,

que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Saúde de Guia Lopes da Laguna, senhor Marcelo González, solicitando cooperação entre os Poderes Executivo Estadual e Municipal, para aquisição de camas hospitalares motorizadas, com colchões; computadores completos; impressoras multifuncionais; aparelhos de pressão; cadeiras de banho e cadeiras de rodas, para o Hospital Delmira Nunes de Oliveira Renner. O referido hospital é 100% mantido pelo SUS; mas precisa da parceria entre o estado e o município, para melhor atender os pacientes. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Helio Queiroz Daher, solicitando cooperação entre os poderes, para que sejam comprados equipamentos para a Associação dos Familiares de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista de Guia Lopes da Laguna. Justificativa anexa. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Baltazar Benjamin de Marco, falecido dia 23 de junho, no município de Itaporã. Se aprovada, a moção poderá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do deputado Lidio Lopes, lamenta a dor dos familiares por tamanha perda; externando profundo sentimento de pesar aos familiares do senhor Baltazar Benjamin de Marcos, falecido no último dia 23, no município de Itaporã. O doutor Baltazar Benjamin foi um dos primeiros médicos do município, começou a atuar na década de 1980 e atendia vários segmentos da sociedade; era servidor público municipal, no cargo de médico, havia mais de 40 anos, atuando em vários setores dentro da Gerência da Saúde do município. Durante sua carreira, o doutor Baltazar atuou como clínico geral, cirurgião especialização em Medicina de Tráfego, Medicina Legal e Medicina do Trabalho. Sua expertise e conhecimento foram fontes de confiança e amparo para inúmeros pacientes ao longo dos anos. Unimo-nos à família enlutada por tão irreparável perda e rogamos a Deus que lhes dê forças para superar este momento difícil". Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, terça-feira da semana passada, eu recebi em meu gabinete o Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul, e nós discutimos a situação dos servidores públicos da ativa e particularmente a dramática situação dos aposentados, que, com o desconto da Previdência e do Imposto de Renda, ficam com uma defasagem equivalente a quase a metade dos seus salários. Segundo informações do próprio governo, o estudo para regularização da situação já está concluído, nas mãos do secretário Caravina e do governador. Portanto, além de anunciar a presença de membros do Fórum nesta Casa, solicito que a Mesa Diretora marque uma data para recebê-los. Solicito que esta Casa intermedie a negociação, para que se tenha um resultado que atenda aos interesses de ambas as partes. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, presidente e nobres deputados! Bom dia a todos que nos visitam esta manhã! Bom dia aos servidores da enfermagem! Sejam bem-vindos a esta Casa! Bom dia aos servidores que estão aqui buscando uma resposta sobre a Previdência. Nós temos trabalhado nesse sentido e estamos aguardando um posicionamento do governo do estado. Como o deputado Zeca do PT disse, os estudos já estão feitos. Então vamos esperar para ver qual será a proposta do governo, não é, deputado? [Manifestação de partícipe na plateia]... Com certeza. Nós esperamos que ela venha o mais rápido possível. Bem. Além disso, hoje eu tenho três indicações para fazer. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando a disponibilização de ônibus para transporte dos alunos das escolas da Rede Estadual de Ensino do município de Caarapó. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Wenderson William dos Reis Ferreira, de Caarapó. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando obras de revitalização e alargamento da avenida Moisés de Araújo Galvão, no município de Figueirão. A presente solicitação atende ao pedido formulado pelo vereador Rones da Silva Moreira, de Figueirão. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, solicitando a execução de obras de pavimentação asfáltica no bairro Ouro Verde, no município de Campo Grande. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo senhor Guilherme de Pinho Salomão. Era o que eu tinha, presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputados e deputadas, senhoras e senhores! Quero cumprimentar esta classe tão laboriosa da saúde pública. Nós sabemos da importância do trabalho de cada um de vocês. Saúdo todos que nos assistem pela TV Assembleia. Senhor presidente, hoje eu venho a esta tribuna para apresentar duas moções de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Escola Municipal Professor Delmiro Salvione Bolívia, situada na Gleba Angico, no assentamento Casa Verde, no município de Nova Andradina, na pessoa da sua diretora, Renata Aparecida Soares Santos Costa, estendida aos professores, servidores, pais e alunos, pela conquista do "Prêmio Coopera Cerrado", categoria super sustentável. Esta iniciativa integra a jornada de aprendizagem das ações da popularização da produção rural sustentável. O evento foi organizado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade. Com participação de destaque, a escola foi premiada em duas oportunidades: a primeira, dia 30 de março de 2023, em Campo Grande; e a segunda, dia 19 de maio de 2023, em Brasília. A escola alcançou a maior pontuação do Brasil

em desafios e lições realizados no segundo semestre de 2022 por cento e cinquenta alunos do ensino fundamental. Foram realizadas atividades que incluem palestras, oficinas, confecções de jogos com sucatas, produção de sabão ecológico, caldas e adubos orgânicos, bem como ações de coleta, análise de sementes, semeadura e organização de uma sementeca, acervo de sementes. Somam-se às ações visitas técnicas e dias de campo, com a participação da comunidade escolar e da população local. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka, em nome de seus pares e do povo de Mato Grosso do Sul, vem à honrosa presença de Vossas Senhorias outorgar moção de congratulação à Escola Municipal Professor Delmiro Salvione Bolívia, na pessoa da diretora Renata Aparecida Soares Santos Costa, estendida aos professores, servidores, pais e alunos, pela conquista do Prêmio 'Coopera Cerrado'." Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Maria Eduarda Pinheiro, estudante da Escola Estadual Vila Brasil, em Fátima do Sul, pela classificação em primeiro lugar no 'Concurso de Redação Jovem Senador, etapa Mato Grosso do Sul, ano 2023'. O Jovem Senador é realizado anualmente e proporciona aos estudantes do ensino médio, de até dezenove anos, das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal, conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento do Poder Legislativo no Brasil. Maria Eduarda, representando Mato Grosso do Sul e a Escola Estadual Vila Brasil, com o apoio do seu diretor, senhor Caíque Bento Casotti, e do seu professor-orientador, senhor Maykon de Faria e Silva, atingiu nível de excelência em sua redação sobre o tema 'Saúde mental nas escolas públicas', cujo título foi 'Jovem Senadora por Mato Grosso do Sul no ano de 2023'. Se aprovada, a presente moção deverá ser nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e de Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka, em nome de seus pares e do povo de Mato Grosso do Sul, vem à honrosa presença de Vossas Senhorias, outorgar moção de congratulação à Maria Eduarda Pinheiro, estudante da Escola Estadual Vila Brasil, em Fátima do Sul, pela classificação em primeiro lugar no 'Concurso de Redação Jovem Senador, etapa Mato Grosso do Sul, ano de 2023'." Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, presidente! Bom dia, Mesa Diretora! Bom dia a todos que prestigiam a nossa Sessão. Eu quero me solidarizar com os enfermeiros que estão aqui hoje lutando por uma causa legítima. Ano passado foi aprovado o piso da enfermagem. Mas, infelizmente, o Judiciário, extrapolando o limite de seus poderes, invadindo os poderes do Poder Executivo, cancelou o aumento da categoria. Eu quero colocar meu gabinete à disposição de vocês na luta pelo piso da enfermagem aqui em Mato Grosso do Sul. Contem com este deputado, sempre em defesa dos trabalhadores de verdade aqui do nosso estado. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente! Cumprimento todos os presentes! Cumprimento os técnicos de enfermagem e os enfermeiros! Cumprimento especialmente a minha amiga e ex-vereadora enfermeira Cida! Quero destacar a importância desta mobilização, para que o poder público olhe para a categoria e reconheça a necessidade de valorizá-la. O governo precisa inserir em sua lista de prioridades a valorização da categoria. Eu tenho certeza de que o governo é sensível a todas essas questões. Precisamos definir como faremos tudo isso. Este é o objetivo da política pública. Um cartaz aqui me chamou a atenção. Nele está escrito: "De heróis da pandemia a vilões da economia". Quando vamos elaborar políticas públicas, precisamos fazê-lo com responsabilidade; e o governador Eduardo Riedel tem sido sempre muito responsável, tem tentado considerar os interesses de ambas as partes. Por um lado nós precisamos atender à demanda dos servidores; por outro lado precisamos respeitar o orçamento público. Eu sempre digo, presidente, que tudo é possível, desde que seja construído um cronograma. Muitas vezes, nós não conseguimos tudo o que almejamos imediatamente. Mas, se nós encontrarmos uma solução pactuada, negociada, ouvindo os dois lados, com certeza avançaremos. Contem com este deputado. Pois bem. Agora, senhor presidente, dirigindo-me especificamente à população de Dourados, quero fazer um anúncio. Aliás, aqui nesta Casa há muitos deputados ligados à região de Dourados. Hoje nós realizaremos a quarta, e última, audiência pública sobre a Malha Oeste. Lembrando que nós já fizemos, há pouco tempo, uma audiência em Sidrolândia, uma em Maracaju, outra em Ponta Porã, e hoje, a pedido do prefeito Alan Guedes, faremos a quarta. Eu estou saindo daqui, estou me dirigindo para Dourados, e às 19 horas, na Câmara Municipal de Dourados, discutiremos a relicitação das obras de conclusão do ramal de Campo Grande-Ponta Porã, que naturalmente passa por Dourados, ali pelo distrito de Itahum. Convido os senhores para prestigiarem o evento. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente! Quero cumprimentar os pares, a imprensa e de modo especial os profissionais de enfermagem de Mato Grosso do Sul. Quero me solidarizar com a categoria, que, aliás, está há muito tempo nesta batalha pela regularização do seu piso salarial. Quero dizer, de forma muito clara, que ontem, às 16 horas e 30 minutos, a convite do Bueno, presidente do Sintss, eu e a deputada Mara Caseiro acompanhamos a direção do sindicato numa reunião com o secretário de estado de Governo, Pedro Arlei Caravina. Nós saímos de lá com uma avaliação extremamente positiva da reunião; e com certeza vamos avançar no sentido de garantir aos profissionais da saúde de Mato Grosso do Sul o piso salarial. Sexta-feira, provavelmente, o STF tomará uma decisão sobre o assunto, uma vez que o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 127. O Governo Federal tem recursos para serem repassados ao estado e aos municípios. O STF não se posicionou até agora sobre a constitucionalidade da medida. Mas

esperamos que isso aconteça até sexta-feira. Vamos aguardar. Pois bem. Senhor presidente, eu tenho várias proposições para apresentar nesta data, mas quero destacar apenas o projeto de lei que declara de utilidade pública a 'Associação Rick Martin Pantanal MS Club', com sede no município de Campo Grande. As demais proposições vou colocar sobre a mesa. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não há mais oradores inscritos. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 03752/2023). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 03784/2023). De autoria do deputado João César Mattogrosso: duas indicações (Prot. nºs 03779/2023, 03780/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 03203/2023); um requerimento (Prot. nº 03204/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. nºs 03756/2023, 03786/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: três indicações (Prot. nºs 03716/2023, 03714/2023, 03785/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 03777/2023, 03778/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: oitenta e seis indicações (Prot. nºs 03179/2023, 03175/2023, 03176/2023, 03178/2023, 03181/2023, 03182/2023, 03183/2023, 03184/2023, 03725/2023, 03721/2023, 03720/2023, 03718/2023, 03717/2023, 03719/2023, 03722/2023, 03724/2023, 03723/2023, 03726/2023, 03727/2023, 03728/2023, 03729/2023, 03730/2023, 03731/2023, 03745/2023, 03741/2023, 03732/2023, 03733/2023, 03739/2023, 03735/2023, 03734/2023, 03737/2023, 03736/2023, 03738/2023, 03740/2023, 03742/2023, 03743/2023, 03744/2023, 03158/2023, 03151/2023, 03149/2023, 03142/2023, 03141/2023, 03147/2023, 03146/2023, 03148/2023, 03150/2023, 03157/2023, 03156/2023, 03155/2023, 03154/2023, 03153/2023, 03152/2023, 03159/2023, 03160/2023, 03161/2023, 03171/2023, 03169/2023, 03168/2023, 03167/2023, 03166/2023, 03164/2023, 03163/2023, 03165/2023, 03170/2023, 03172/2023, 03173/2023, 03174/2023, 03201/2023, 03199/2023, 03189/2023, 03185/2023, 03186/2023, 03187/2023, 03188/2023, 03190/2023, 03191/2023, 03192/2023, 03193/2023, 03194/2023, 03195/2023, 03196/2023, 03197/2023, 03198/2023, 03200/2023, 03202/2023, 03180/2023); dois projetos de lei (Prot. nºs 03753/2023, 03162/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 03144/2023); dois requerimentos (Prot. nºs 03143/2023, 03145/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 03754/2023, 03755/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: três indicações (Prot. nºs 03781/2023, 03782/2023, 03783/2023); um requerimento (Prot. nº 03787/2023).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Não se encontra presente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência dispõe de vinte e três minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados e deputadas, imprensa aqui presente e servidores desta Casa! Quero cumprimentar, de forma especial, os servidores da saúde e os servidores da educação presentes. Eu percebi que esses

heróis da saúde estavam lá na galeria. Em nome da Cida, ex-vereadora desta cidade, quero pedir uma salva de palmas a todos vocês. Só quem perdeu um ente querido na pandemia — como eu, que perdi mais de cinquenta pessoas queridas, dentre elas três familiares — sabe o quanto vocês foram importantes. Nossa gratidão a todos vocês. Espero que o piso salarial da categoria seja aprovado o mais rápido possível. Eu, que trabalhei na saúde, embora na parte administrativa, durante quinze anos, no Hospital Universitário, sei o quanto vocês são imprescindíveis na luta para salvar vidas. Eu vi, Cida, um vídeo de um grupo dançando no CTI com uma senhora de noventa anos, não sei se alguém viu esse vídeo, mas ele me chamou a atenção. Atitudes como essa nos mostram que vocês, além de atuarem na função típica do profissional de enfermagem, têm outro remédio, que é levar alento à alma da pessoa necessitada. A saúde faz parte da vida como um todo, da parte física e da alma. As doenças psicossomáticas são o problema do século. E quando o profissional da saúde atende o paciente como se ele fosse seu pai, sua mãe ou seu filho, ajuda a minimizar a dor daquele que se encontra internado. Muito obrigado por tudo que vocês fizeram, fazem, e representam em nossa sociedade. Muito bem. Senhor presidente, sábado foi lançada, em Dourados, a 'Semana do Cooperativismo'. Eu, como coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Cooperativismo, fui representar esta Casa no evento; o governador do estado, Eduardo Riedel, e o vice-governador, Barbosinha, também estavam lá. Quero dizer a Vossas Excelências e a todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia que o cooperativismo tem sido muito importante no que diz respeito à geração de emprego e renda em nosso estado. Para que os senhores e as senhoras tenham noção, Mato Grosso do Sul, hoje, emprega 12.500 pessoas, de forma direta. Há 126 cooperativas já constituídas aqui, e mais de 451 mil cooperados. Além da geração de emprego e renda, mais de 800 milhões de reais oriundos de tributos chegam aos cofres de MS. Quero agradecer, deputado Zeca, a dedicação e o trabalho sério dos deputados e deputadas desta Casa. A Frente Parlamentar em Defesa do Cooperativismo tem a assinatura dos vinte e quatro deputados deste Parlamento. Meu amigo Celso Régis, presidente da OCB/MS, não pôde comparecer a esta Sessão; mas eu quero parabenizá-lo pela coragem que sempre teve. Há 35 anos, eu e ele demos os primeiros passos para a criação do Sicredi-UFMS. Naquela época, muitos ficaram receosos quanto à nossa iniciativa. Mas eu quero dizer que a única instituição bancária do mundo que devolve dividendos aos seus clientes é o cooperativismo. Eu nunca vi nenhum banco fazer isso. Aliás, os bancos são agiotas institucionalizados. A pessoa pega emprestado 10 mil reais e tem de pagar 30 mil reais em trinta e tantas parcelas. A única instituição bancária do planeta que devolve recurso no final do ano ao cliente é o cooperativismo, porque no caso o banco é dos próprios clientes, ou seja, dos cooperados. Diferentemente do Bradesco ou do Santander, o Sicredi não tem um único dono, ele é de todos. Entre as 126 cooperativas constituídas em Mato Grosso do Sul, há cooperativas de crédito, da área da saúde, da área do agronegócio, enfim. No Brasil há 4.800 cooperativas e mais de 18 milhões de cooperados. Das 300 maiores cooperativas existentes no planeta, nosso país tem as oito maiores. Se juntássemos o número de cooperados, seríamos a oitava maior economia do planeta. Eu não vou utilizar todo o tempo de que disponho, mas quero deixar registrado que o presidente da OCB/MS pediu que eu externasse a gratidão de toda a diretoria da instituição, e de todos os conselhos aos deputados e deputadas desta Casa pelo reconhecimento e apoio a essa instituição tão importante. As leis que

regem a instituição são federais, mas o nosso apoio dá a ela a oportunidade e o crédito que merece, porque gera emprego e renda e ajuda o nosso PIB a crescer. Quero destacar que dia 1º de julho é o 'Dia Internacional do Cooperativismo' e dizer que a Rose, que está na Sudeco, e a Tânia, superintendente nacional da OCB, estão trabalhando para que o recurso do Fundo do Desenvolvimento do Centro-Oeste seja aumentado, quem sabe, para 15%. O ideal seria 20%. Esses recursos são de mais de 10 bilhões e 300 milhões de reais; e é o Banco do Brasil que faz a divisão de 90% desse montante, e apenas 10% vão para o cooperativismo, que tanto tem ajudado Mato Grosso do Sul e o Brasil. Então fica aqui o registro. Viva a OCB/MS! Vivam os servidores da saúde de Mato Grosso do Sul e do Brasil! Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Vossa Excelência dispõe de treze minutos.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente e senhores deputados, bom dia! Mais uma vez cumprimento os profissionais da enfermagem que se fazem presentes e que buscam o apoio desta Casa de Leis aos pleitos formulados pela categoria. Nós temos de aguardar a decisão do STF. Mas a própria emenda constitucional dispõe sobre os recursos do Governo Federal em apoio aos estados e aos municípios, para que cumpram a determinação do piso salarial da enfermagem. Estamos aguardando. Esperamos que o piso seja aprovado o mais rápido possível. O presidente Gerson Claro usará a tribuna após a conclusão da Ordem do Dia para explicar tudo o que foi tratado na reunião de ontem à tarde. Pois bem. Senhores, eu venho à tribuna para tratar novamente de um assunto importante para Mato Grosso do Sul. No início do meu mandato eu falei sobre a questão da BR-163. Nós conseguimos atrair para cá uma audiência com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, que, ao invés de ouvir as nossas proposições, limitou-se a apresentar um projeto que não interessa à população do estado, uma vez que o novo projeto de licitação contempla apenas e tão somente a duplicação de mais de 80 quilômetros, sendo 23 quilômetros dentro do anel viário de Campo Grande, de uma rodovia de 840 quilômetros. Após a decepção com a audiência pública que fizemos aqui, houve uma audiência pública em Brasília, e a situação se repetiu. Por que eu estou voltando a tratar deste tema? Porque alguns dias atrás eu fui novamente a Cuiabá, e novamente fiquei surpreso com a diferença de tratamento oferecido ao Mato Grosso e a Mato Grosso do Sul. É necessário fazermos uma pesquisa para entendermos o que aconteceu lá e que não aconteceu aqui. Lá, desde a divisa, desde o Rio Corrente, ali em Sonora, até Cuiabá, a nossa rodovia está totalmente duplicada. Em Cuiabá há a chamada Serra da Morte, por conta dos inúmeros acidentes que ocorreram na região ao longo do tempo. Agora ela está totalmente duplicada e segura. E mais uma coisa, deputada Mara Caseiro, eu estranhei o preço do pedágio. Eu passei por quatro pedágios, em três deles eu paguei 4,80 reais; naquele próximo a Rondonópolis paguei 5,20 reais... De Campo Grande a Sonora, o mais barato é 5,90 reais, ali em São Gabriel do Oeste; 6,10 reais em Jaraguari; 7,80 reais entre Rio Verde

e Coxim; e 6,40 reais no próximo pedágio, antes da divisa. Então, o preço praticado aqui é muito superior ao praticado no Mato Grosso, e lá a rodovia está toda duplicada. Aqui, dos 840 quilômetros de via, há 150 quilômetros prontos. Um total descumprimento do acordo firmado com a concessionária CCR MSVIA. Veja o que aconteceu, deputado Pedro Kemp, no Mato Grosso. Vejam a diferença de tratamento oferecido pela concessionária aos dois estados. Quem ganhou a concessão em MT foi a Odebrecht, que criou a empresa Rota Oeste, atual responsável pela concessão e execução do serviço. Lá, foram concessionados 850 quilômetros. No primeiro tempo, na metade da concessão, a empresa já havia executado mais da metade da duplicação. Depois a empresa teve aquele problema com a Odebrecht. E o que ela fez? Fez um acordo amigável e devolveu a concessão ao estado, com o aval da ANTT. Então o estado reassumiu a rodovia, com a fiscalização sendo feita pela ANTT, claro, porque a rodovia é federal. Agora, por que não é feita a mesma coisa aqui, já que a empresa não deu conta de cumprir o contrato e não duplicou nem 1/3 do trecho que se propôs a duplicar? Ela tinha que executar 10% da obra para cobrar o pedágio. Em um ano ela fez os 10%, instalou as praças de pedágio, e cobra pedágio de todo o mundo. E por que essa empresa — considerada a maior da América Latina, que tem a concessão da Via Dutra, de São Paulo ao Rio de Janeiro; do macroanel de São Paulo, da rodovia Bandeirantes — não entrega a rodovia para o estado, por meio de um acordo amigável também? Eu fiquei muito tempo sem ir ao Mato Grosso, e fui agora, semana retrasada, deputado Pedro Pedrossian, e verifiquei que lá está tudo duplicado, parecendo São Paulo. Aqui em MS não tem nada. Por que a diferença de tratamento? Então, é fundamental que esta Casa, representante da sociedade sul-mato-grossense, intervenha na situação e junto com o estado encontre uma saída. Eu ainda não sei qual é a saída para nós, mas vi que em Mato Grosso a empresa que era responsável pela concessão não estava dando conta de cumprir o acordo e rescindiu amigavelmente o contrato.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Vou conceder. Então, eu acho que, além da ANTT, temos de convidar a CCR MSVIA para vir aqui e dizer o que está acontecendo. Por que eles não duplicam nem 1 quilômetro da rodovia e ainda assim continuam cobrando pedágio? Não tem nada, não tem investimento nenhum. A concessão é de trinta anos. Será que nós vamos ter de esperar trinta anos, esperar a concessão vencer, para relicitarmos uma nova empresa, para que ela faça o serviço? O projeto apresentado pela ANTT não nos serve. A rodovia é a mesma, a concessão é a mesma, e o tratamento oferecido aos dois estados é completamente diferente. Enquanto isso, muitos acidentes têm ocorrido na rodovia, o que tem ceifado, diariamente, muitas vidas. Portanto, nós precisamos tomar providências quanto a isso. Concedo um aparte ao deputado Pedro Pedrossian.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Deputado Junior Mochi, eu quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e por eleger este tema como uma de suas bandeiras. Eu estou muito satisfeito com a forma com que o governador Eduardo Riedel está conduzindo a questão da relicitação da BR-163, da Malha Oeste e da BR-262. Eu estou acompanhando tudo de perto e estou vendo o esforço do governador

nesse sentido. O governador está acompanhando *pari passu* tudo o que está sendo feito em Brasília, com a excelente e especial interlocução do senhor Rafael Vitali, da Agência Nacional de Transportes Terrestres. Eu tenho certeza de que o governador não vai aceitar uma relicitação feita de qualquer jeito e que, se necessário for, ele vai verificar a possibilidade de a relicitação ser feita por aqui. Então, eu estou muito feliz em ver a vontade do governador de brigar por esta causa e por elegê-la como fundamental. Quero falar, ainda, da importância de se firmarem bons contratos. O senhor, que é um bom jurista, um bom advogado, que sabe muito bem que nós tínhamos uma concessionária, que é a CCR MSVIA, empresa de primeira linha, que a concessão de muitas vias pelo Brasil; mas no caso de Mato Grosso do Sul ela fez um péssimo trabalho, o que está causando perdas econômicas e de vidas. Eu não aguento mais ver os jornais mostrarem toda semana acidentes e perdas de vidas. É um crime o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul. Por que essa concessionária está fazendo isso? Simples. O contrato foi mal feito. Contrato bom é aquele que estabelece punição, multa, à concessionária, caso ela descumpra o acordo.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Obrigado. Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu discurso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Conclua, deputado.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu vou concluir; mas; antes disso; quero dizer aos profissionais da saúde que a situação da BR interfere na atividade profissional de vocês. Quantos são os sequelados que vão parar no pronto-socorro da Santa Casa, por conta de acidentes? Quantas vidas são ceifadas porque a rodovia não é segura? Hoje, um dos grandes problemas da saúde pública é o trânsito, haja vista que a quantidade de acidentes, seja de carro, seja de moto, é grande; e os pacientes vão parar na rede de atenção à saúde pública. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou a destinação de 1 bilhão de reais para o estado assumir o controle da rodovia. Essa decisão foi acertada. A meu ver, nós temos que avaliar a nossa situação e tomar uma decisão também. Para encerrar, presidente, quero agradecer a Vossa Excelência, que determinou que eu representasse esta Casa de Leis na última quinta-feira na reunião do Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento da Bacia do Rio Taquari. Dez prefeitos se fizeram presentes, e todos eles aprovaram a carta de apoio à criação do Curso de Medicina na Universidade Federal de Coxim. Ontem nós estivemos com o coordenador da bancada federal, deputado Vander Loubet, e dia 12, às 14 horas, estaremos em Brasília, para juntos com toda a bancada federal e com o Ministério da Educação discutirmos a possibilidade de realizarmos o sonho de implantarmos o Curso de Medicina na Federal de Coxim. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Vanderson Cardoso, vereador do município de Chapadão do Sul; do senhor Júlio Kleverton dos Santos, superintendente estadual da Pesca em Mato Grosso do Sul; do senhor Emerson Willian, vereador do município de Chapadão do Sul; e do senhor Marcelo da Costa, vereador do município de Chapadão

do Sul. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 150/2023. Autor: deputado Renato Câmara. "Declara de utilidade pública o 'Instituto Ismaily 31', com sede no município de Angélica." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 150/2023, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, senhor presidente! Quero cumprimentar esta plateia linda e maravilhosa, que está reivindicando o piso salarial. Eu não estou aí hoje, mas quero dizer-lhes que nós apoiamos a categoria em sua reivindicação, inclusive estamos discutindo uma audiência pública junto com o sindicato, para fazermos a defesa da demanda de vocês. Recentemente eu fiquei doente, fiquei no hospital, e sei o quanto a categoria cuida das pessoas e sei que a minha vida naquele momento passou pelas mãos de vocês. Então, contem sempre conosco. Nós estamos com vocês nesta batalha. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, colegas parlamentares! Quero cumprimentar a categoria que representa a saúde. Eu também, por questões de saúde, não pude ir a Campo Grande, estou aqui em Dourados. Eu sempre prezei área da saúde. A luta de vocês é nossa também, é uma luta de todo cidadão sul-mato-grossense. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres deputados! Hoje eu estou aqui em Brasília, participando da sessão de forma on-line, e estou aqui na Sudeco com a nossa superintendente Rose Modesto. Ela vai mandar um alô para todos aí.

SENHORA ROSE MODESTO (superintendente da Sudeco) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia a todos! Quero parabenizar a Assembleia Legislativa pelo trabalho em prol de MS. Hoje o deputado Lucas de Lima está aqui conosco; estamos discutindo projetos importantes para o nosso estado. Ótima sessão a todos!

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares? Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, quero saudar a nossa superintendente Rose Modesto e agradecer o apoio dos colegas deputados com relação ao meu projeto. Quero dizer à categoria da saúde que nós estamos aqui na Assembleia Legislativa para defender o seu direito. Muito obrigado. Votos sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação. Enquanto o secretário conta os votos, quero, em nome desta Casa, cumprimentar a senhora Rose Modesto. Esperamos que o deputado Lucas de Lima seja exitoso nos pleitos em Brasília. Obrigado, Rose. Que Deus a abençoe. Ótimo trabalho em favor do Brasil e de Mato Grosso do Sul. Solicito o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 137/2023. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Proíbe a disponibilização de cardápio ou menu exclusivamente digital, no âmbito do estado do Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Modificativa 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 137/2023, de autoria do deputado Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique? Como vota o deputado João César Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes, autor?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e três votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 156/2023. Autor: deputado Rafael Tavares...

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Questão de ordem. Senhor presidente, eu gostaria de pedir vista deste projeto, para estudá-lo melhor.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vista concedida ao deputado Marcio Fernandes. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: quatro requerimentos, vinte e uma indicações, uma moção de apoio, uma moção de aplauso, uma moção de congratulação... Pela ordem, o deputado Zeca do PT... Estamos no processo de votação, deputado... Posso encerrar?... É sobre o processo de votação ou não? OK. Em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É sobre a votação?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Dos requerimentos do bloco?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Isso. Requerimentos do bloco.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu quero pedir destaque do Requerimento nº 3.119/2023.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O Requerimento nº 3.119/2023, de autoria do deputado Pedrossian Neto, está em destaque. Em votação simbólica. Três requerimentos, vinte e uma indicações, uma moção de apoio, uma moção de aplauso e uma moção de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 3. Em destaque. Requerimento nº 3.119/2023, de autoria do deputado Pedrossian Neto. "Requeiro à Mesa Diretora, nos

termos do artigo 173, XX, do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Fazenda, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, e à secretária de estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, senhora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, solicitando informações acerca do cumprimento da obrigação prevista no parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Complementar nº 93/2001, referente ao depósito pelas empresas beneficiadas no Programa MS-Empreendedor de parte do Imposto de Renda devido anualmente em favor do Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência". Em discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente e colegas parlamentares, temos aqui a votação de um requerimento de informações do deputado Pedro Pedrossian Neto. Inicialmente, quero dizer que concordo com ele. Nós temos um requerimento apresentado pelo vice-líder do governo, que formalizou o requerimento por não encontrar, deputado Rafael Tavares, a transparência e o *compliance* que tanto prega o governo do Eduardo Riedel. Esse requerimento visa buscar as informações fiscais que estão na Lei Complementar nº 93/2001. "... a renúncia de receita, a concessão dos benefícios, incentivos fiscais financeiros, extra-fiscais e o abastecimento da pessoa jurídica... destinar anualmente ao Fundo Estadual da Infância e Adolescência parte do Imposto de Renda devido..." Quer dizer, o vice-líder do governo está cobrando do próprio governo as informações acerca da contraprestação das empresas que deveriam abastecer o Fundo. Por quê? Porque isso não está transparente. Isso não está no Portal da Transparência. Agora, este parlamentar fez um requerimento semelhante, nos termos do artigo 198, no qual também se fundamenta o requerimento do vice-líder do governo, porque as pessoas jurídicas que recebem esses benefícios, segundo o Código Tributário, não têm sigilo fiscal resguardo. Vejam. Como uma empresa que recebe um dinheiro nosso, um dinheiro do povo, vai esconder da gente que está recebendo... Quanto está recebendo? Qual volume? Qual é a obrigação dela, para receber esse volume de investimentos?... Deputado Pedro Pedrossian Neto, no momento oportuno eu lhe concederei um aparte. Em verdade, deputado, eu venho cumprimentá-lo e, se possível, assinar com Vossa Excelência esse requerimento. Eu quero entender o que o governo vai fazer com um requerimento semelhante. Ou o governo vai desmoralizar o seu vice-líder ao não responder às mesmas informações solicitadas? Óbvio que o objetivo do vice-líder é um fundo específico; e eu pedi que a gente possa analisar não só com relação ao Feinad-MS. Mas, ou o governo vai desmoralizar o seu vice-líder não respondendo, ou o governo vai responder, e por isso quero assinar junto com Vossa Excelência, e demonstrar desprestígio à atividade de fiscalização deste parlamentar e vai mostrar que algumas informações a alguns deputados eles fornecem e a outros, que querem fiscalizar, eles as escondem. Então, senhor presidente, eu tenho reivindicado transparência, transparência máxima, inclusive na folha de contratação dos profissionais comissionados. Enfermeira Cida, a senhora sabe, assim como eu, que a folha de comissionados recentemente recebeu um aumento de 120%.

Há pessoas que ganhavam 17 mil reais e passaram a ganhar 45 mil reais. Eu vou colocar isso nas minhas redes sociais, para que os parlamentares tenham acesso e para que o público e os enfermeiros que estão aqui cobrem do estado transparência quanto à folha de comissionados. Olhem, vocês vão ver quem está escondendo as informações para não estabelecer o piso a que vocês têm direito. Nós estamos lutando e fazendo a nossa parte, estamos cobrando e fiscalizando o Executivo, para que o recurso entre no ordenado de vocês. Eu concedo um aparte ao deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado, deputado João Henrique. Eu quero apenas fazer um esclarecimento quanto ao motivo pelo qual nós fizemos tal solicitação. O que nós pedimos? Eu pedi informações ao secretário de estado de Fazenda e à secretária de Assistência Social acerca dos valores que um determinado fundo recebe referente à contribuição das empresas incentivadas pelo MS-Empreendedor. Que fundo é esse? Esse fundo é o Feinad, o qual o pessoal da Assistência Social conhece bem, o Fundo Estadual para a Infância e a Adolescência. Esse fundo recebe contribuições das empresas beneficiadas com a redução do ICMS, e um dos compromissos que as empresas precisam assumir para continuarem sendo incentivadas é contribuir para ele. A questão é que a lei diz que as empresas devem depositar 'até 1%' do valor devido do Imposto de Renda. Na minha avaliação, deveria ficar estabelecida a contribuição de '1%'. Na verdade, isso não gera ônus para as empresas, haja vista que tal percentual é abatido do valor que elas têm de pagar à Receita Federal. Eu estou solicitando que o secretário de Fazenda e a secretária de Assistência Social nos apresentem os valores depositados pelas empresas, para que possamos ver quanto de fato pode ser depositado no Feinad e para que possamos formular uma proposta mais embasada ao governador Eduardo Riedel. Há muitas empresas gigantes, do ramo da celulose e da carne, por exemplo, que investem bilhões de reais na produção, mas que estão depositando pouco para a assistência social. Então, nosso objetivo não é fiscalizar nem cobrar do governo, que está fazendo uma boa gestão, mas ajudar na formulação de outra política pública e estabelecer a contribuição de 1%, não de até 1%. Se a empresa deposita 0,01% de seu imposto devido, ela já está dentro da lei. Com relação à transparência referente ao incentivo fiscal, eu cumprimento Vossa Excelência pela preocupação, porque realmente precisamos ficar atentos. O senhor faz do seu mandato um instrumento de vigilância, assim como muitos aqui na Assembleia Legislativa, senão todos, o fazem. Mas eu tenho a preocupação de nós tornarmos público o incentivo fiscal de empresa por empresa. Por quê? No estado de São Paulo, na Secretaria de Estado de Fazenda, há um departamento voltado apenas para a guerra fiscal. Quando a Secretaria de Fazenda recebe uma nota fiscal, ela não permite o aproveitamento do crédito. Hoje, há uma distorção na Federação Brasileira, por conta da guerra fiscal. Por isso, o governo do estado, sabiamente, ao fazer o seu programa de incentivo, criou um termo de acordo. Assim, são compartilhadas informações com o Conselho de Desenvolvimento Industrial, que tem trabalhadores, que tem a Fecomércio, que tem indústrias, que tem a Fiems etc. Depois, o termo de acordo é publicado em Diário Oficial. Porém, nós não deixamos isso tão fácil para o estado de São Paulo e para o estado do Paraná virem aqui e acabarem com o nosso incentivo fiscal. Então, os governadores Eduardo Riedel, Zeca, Reinaldo e André estavam corretos. Aliás, o MS-Empreendedor foi criado

no governo do Zeca do PT, que está aqui e que pode fazer a defesa do assunto. Então, nosso objetivo é resguardar o incentivo fiscal.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço, deputado. Quero dizer que é a lei tributária. Houve uma alteração, deputado. Não era mais cabível ao governo esconder as informações. O artigo 198 está muito claro na redação dada por uma lei em 2021. Eu não quero saber do Zeca, do André, de quem passou, eu quero transparência a partir da alteração. Então não cabe saber se São Paulo vai nos prejudicar, se a Secretaria de Fazenda quer ter inteligência com relação a isso, cabe cumprir a lei. Se Vossa Excelência pediu as informações, pediu-as porque elas não estão acessíveis, não são públicas, e deveriam ser. Por isso eu me somo ao senhor. Eu quero encaminhar meu voto favorável e assinar publicamente este requerimento junto com Vossa Excelência, para que não o derrubem, como derrubam os meus requerimentos quando eu peço a mesma coisa. Então, eu quero transparência e gestão adequada do serviço, para que possamos inverter a situação inclusive da enfermagem, que está aqui honestamente exigindo piso salarial. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, questão de ordem. Como a sua manifestação é favorável e como Vossa Excelência pediu destaque à votação deste requerimento, quero confirmar se o senhor quer que o requerimento seja votado em destaque ou se ele pode ser votado como os outros.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Tranquilo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tranquilo? Então passemos à votação. Requerimento nº 031/2019. Autor: deputado Pedrossian Neto. Em votação. Os deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente. Item 6. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do frei Davi de Marau. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Neste momento, eu suspendo a Sessão, para manifestação externa. Concedo a palavra ao senhor Ricardo Alexandre Correa Bueno, secretário de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social de Mato Grosso do Sul, que falará sobre um projeto de lei de interesse da categoria. O senhor dispõe de quinze minutos (11h03min).

SENHOR RICARDO ALEXANDRE CORREA BUENO (secretário de finanças do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social de Mato Grosso do Sul - Siless) — Obrigado, presidente! Quero agradecer ao deputado Pedro Kemp, que concedeu à categoria a oportunidade de se manifestar nesta Casa. Eu gostaria de fazer algumas perguntas aos senhores. Deputado Paulo Corrêa, deputado Gerson Claro, presidente, quem nunca passou pela mão da enfermagem?... Mesmo uma pessoa que nasceu no Pantanal, que veio ao mundo pelas mãos de uma parteira, que não é profissional de enfermagem, certamente já passou pelas mãos de algum enfermeiro. É difícil encontrar alguém no Brasil que nunca tomou pelo menos uma vacina. Afinal de contas, este país é recordista mundial em vacinação. E quem aplica a

vacina nas pessoas é a enfermagem. Então, todo o mundo passa pelas mãos da enfermagem, nem que seja na hora do óbito. Nós só pensamos no nascimento, e quando pensamos no nascimento, lembramos-nos do médico; mas quando a criança nasce, quem dá o primeiro banho nela não é o pai nem a mãe, é o profissional da enfermagem. Todas as profissões dentro de um hospital convergem para a enfermagem. A enfermagem cuida inclusive da alimentação dos pacientes, seja ela parenteral, enteral ou via oral. Quando o paciente não consegue comer, nós o auxiliamos; quando o médico prescreve o medicamento, nós o administramos no paciente; quando o medicamento vem da farmácia, nós o administramos — tudo passa pela enfermagem. O deputado Zeca do PT ficou internado recentemente. Eu vi o senhor reconhecendo tudo o que aconteceu, o senhor elogiou todo o mundo; mas a maioria das pessoas que ficam internadas se lembram apenas do médico. Muitos dizem: "O doutor Fulano cuidou de mim!"; mas não se lembram sequer do nome do auxiliar, do técnico, do enfermeiro, daquele que ficou com elas o tempo todo, vinte e quatro horas por dia. Agora eu quero traçar uma linha do tempo. Em março de 2020 começou a pandemia da Covid-19. Há uma música do Raul Seixas que marcou a vida de muitas pessoas no Brasil: "O dia em que a Terra parou". A Covid-19 parou o mundo. Mas a saúde não parou nem um dia. Um decreto estadual cancelou todas as férias. Pacotes de viagens foram perdidos. Planos foram mudados. Todos nós estávamos trabalhando. Nós éramos os heróis. Tudo estava fechado. Nem os ônibus estavam circulando normalmente. Nós tínhamos dificuldades para chegar ao trabalho. A enfermagem foi à linha de frente para enfrentar o desconhecido. Todo o mundo estava com medo, em casa. Nós usamos EPIs improvisados, porque não sabíamos o que usar. As entidades se juntaram. A população fez doação. Eu estava conversando com o enfermeiro Douglas aqui, e estávamos nos lembrando de algumas coisas. Nós começamos a ir, para vocês terem ideia, à Soldamac para comprar material improvisado, porque era o que tínhamos; não havia material no mundo. Nós comprávamos material de soldador, fazíamos máscaras de TNT, fazíamos capote de lona de sofá... Enquanto todos estavam trancados em casa, fazendo fila em supermercado, nós perdíamos vários companheiros. Nós íamos para a linha de frente com medo de não voltar para casa, e muitos não voltaram. As pessoas internadas não podiam receber visitas. Um companheiro nosso, o Val, ficou doente, foi internado e não voltou para ver seus filhos. Perdemos vários companheiros. Mas enfrentamos a doença. Sofremos por conta de desgaste, exaustão. Vocês viram muitas reportagens. Muitas pessoas estavam trabalhando em home office, e nós estávamos nas trincheiras. Depois a vacina começou a chegar aqui no estado, e nós ficamos à frente da vacinação por vários meses. Não sei se a Sandra está aqui, acho que ela deve ter sido a primeira a aplicar a vacina aqui em MS. A primeira vacina do estado foi aplicada no Hospital Regional pelo pessoal do Centro de Referência de Imunobiológicos Especiais (Crie). Isso tudo foi visto de perto pelo governador Riedel e pelo secretário Geraldo Rezende, que estavam à frente do Prosseguir. Quantas vezes este estado foi notícia nacional? Nós éramos exemplo no combate à Covid-19. Os nossos números de vacinação eram exemplares. Por quê? Por causa do gestor? Não! A enfermagem estava à frente, no combate, na vacinação, aplicando vacina no braço da população. Depois da pandemia, novas formas de trabalho começaram a surgir. Aliás, eu quero agradecer à deputada Gleice Jane, porque quando o projeto que estamos discutindo aqui hoje entrou nesta Casa, ela nos avisou. Bem. Mas, hoje, há formas híbridas de

trabalho, deputado Coronel David. Vocês mesmo conseguem trabalhar à distância. Várias carreiras podem trabalhar dois, três dias em home office, e o resto da semana, dentro do setor. Isso até gera economia para o patrão. Nós nunca faremos isso, porque nós temos de cuidar do paciente todos os dias. A pandemia não mudou a nossa profissão, a nossa carga horária. Novas formas de trabalho surgiram, deputada Mara Caseiro, não porque o patrão mudou, ficou bonzinho com o trabalhador, surgiram porque houve uma sensibilização nacional, porque a nossa briga é de mais de 30 anos, e ela sempre foi travada em nível nacional. Várias vezes eu e alguns companheiros aqui fomos a Brasília, 16 horas de viagem, na esperança de que os parlamentares votariam nosso piso, e na hora eles tiravam o projeto da pauta. Depois decidiram por maioria aprovar o piso, e o STF, por sua vez, decidiu barrá-lo. Qual é a justificativa, deputado Paulo Corrêa? Veja a incoerência das coisas. O STF decidiu legislar. Nós temos conversado com a deputada Mara Caseiro; o deputado Junior Mochi tem nos apoiado; esperamos que esta Casa nos apoie também. Mas o que nos impressionou foi o fato de o STF começar a legislar, dizendo: "Não há dinheiro para os municípios e os estados pagarem o piso!". Então os deputados federais, com o apoio dos deputados federais deste estado, autorizaram um remanejamento no orçamento federal. Perfeito! Passou um período. Este ano foi criada uma portaria ministerial que disponibiliza o dinheiro até 2031. O que é necessário fazer? O governo estadual alimenta o site do Ministério da Saúde, dizendo: "Eu preciso de tantos para pagar o piso!". Eu não sei o que foi feito, mas disponibilizaram para o nosso estado nove parcelas de 1 milhão e 104 mil reais. Não é suficiente. O estado ora diz que fez, ora diz que não fez. A gente sabe que o impacto é de 2 milhões e 300 mil reais. Bem. Mas foi aberto o espaço para se fazer de novo até dia 29 agora. Nós precisamos que a Casa diga ao estado: "Faça a atualização, porque o dinheiro será disponibilizado pelo Governo Federal!". Eu já conversei com o secretário Maurício, e ele disse-me que o faria. Nós esperamos que ele realmente o faça. O dinheiro vem do Governo Federal até 2031. O problema seria resolvido desta maneira. Por que eu estou dizendo isso? Porque o governo do estado alega que o nosso piso, deputado Zeca, já, teoricamente, está contemplado... Porque o base do nível superior, do enfermeiro, é de 2.400 reais, hoje, com o reajuste de 5% que nos foi concedido. E ele quer somar o adicional de função previsto em uma lei de 2002, de quando o deputado Zeca era governador. A lei diz que o nosso adicional de função é pago por dedicação exclusiva. Mas espere aí. Durante este período todo, quando alguém entra no estado, tem de assinar um documento dizendo que não possui outro vínculo. Isso foi o que todo o mundo respondeu no censo que acabou de ser feito este mês. Agora, no momento em que eu entrego um parecer do meu jurídico ao estado para que se aplique no piso, no base, vem para esta Casa uma mudança no artigo da lei, para que se tire o termo 'dedicação exclusiva'. Aí o restante do que consta no artigo fica como se fosse subsídio. Então, na hora da discussão, o governo poderia juntar, na somatória, para dizer que a gente recebe o piso. Por isso eu vim a esta Casa e conversei com alguns deputados. É inadmissível! Nós pedimos que os deputados da Comissão de Constituição, Justiça e Redação nos acompanhassem e pedissem a supressão do termo 'dedicação exclusiva'. A promessa é que a proposta virá para os senhores, para que se faça a alteração... A deputada Mara Caseiro está dizendo que já veio.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir...

SENHOR RICARDO ALEXANDRE CORREA BUENO (secretário de finanças do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social de Mato Grosso do Sul - Siless) — Mais um minuto. Nós não podemos passar de heróis a vilões do estado. Mesmo que não houvesse o dinheiro do Governo Federal, 2 milhões e 300 mil reais de impacto na folha não quebrariam este estado. Isso não é possível. Mas nós precisamos de quê? Precisamos do apoio dos senhores. Eu sei que a palavra desta Casa tem peso. Precisamos que saia daqui uma comissão composta pelo Sindicato da Saúde e pelo Legislativo, para que se verifique como o Executivo pode aplicar o piso. Porque nós fazemos a manifestação, o sindicato manda o ofício; aí o Executivo diz que está fazendo um estudo, e a gente não consegue visualizar isso. Eu tenho certeza de que, se vocês decidirem criar um grupo para tratar do assunto com o Executivo, ele nos dará uma resposta. Senão, a categoria está decidida a entrar em greve. Aliás, havia uma greve nacional marcada para o dia 29, não é? E se nós não avançarmos, a ideia é partir para uma greve do Hospital Regional. A gente quer abrir o diálogo com o governo. Até hoje o diálogo tem sido feito apenas através de ofício. Nós até fomos recebidos pelo secretário Caravina, mas ficou nisso. "Ah, estamos fazendo um estudo, estamos esperando o parecer da PGE". O parecer da PGE, para nós, foi eles terem enviado um projeto para esta Casa retirando o que era a nossa defesa. Então, a gente precisa que seja feita a supressão, como eles disseram que fariam, mas a gente não viu nada, ninguém passa nada para a gente, e que seja criado um grupo, para que realmente haja transparência no diálogo. Queremos nosso piso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós queremos registrar que esta Casa já lhes deu demonstrações exaustivas de que é a casa da democracia e que recebe as demandas da população. O fato de o Bueno estar falando aqui já é uma demonstração disso. Nós encaminhamos os pleitos com responsabilidade, e não deixaremos de encaminhar a demanda desta categoria tão importante para Mato Grosso do Sul... Está reaberta a Sessão (11h18min). Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu quero parabenizar o Bueno e toda a categoria pela luta e pelo trabalho que fazem no dia a dia. Está aqui a enfermeira Cida, e em nome dela, quero cumprimentar todos vocês. Ontem, nós tivemos uma reunião com o secretário de Governo, o Bueno, o Eder e o deputado Junior Mochi se fizeram presentes também. E o secretário disse que mandaria para esta Casa a Emenda Supressiva. A emenda já chegou, e foi encaminhada para o relator, que é o Junior Mochi. Então será feita a inclusão do termo 'dedicação exclusiva' no parágrafo 1º do artigo 45 da lei. Esta parte já está resolvida. Vocês podem ficar tranquilos. Com relação à comissão, nós já conversamos também. O governo entende que isso tem de ser feito mesmo, para que consigamos abrir o diálogo e dar início à tratativa. Outra questão é a atualização de dados pela Secretaria de Saúde. A secretaria tem de corrigir os valores, para que o Governo Federal repasse ao estado o necessário, para que o piso da enfermagem seja aplicado. Ainda sobre a formação da comissão, nós estamos propondo a participação de dois deputados que representam a saúde, e eu também gostaria de participar representando a CCJR. A meu ver, é importante que a comissão seja formada por parlamentares, um

representante da SAD, um representante do sindicato, um representante da Secretaria de Saúde e um da Secretaria de Governo, para que possamos debruçar sobre o assunto e buscar uma solução para o problema. Entendemos que se há hoje o compromisso do Governo Federal de fazer a complementação do recurso, para que o piso nacional seja pago, não há porque não fazermos o mesmo aqui. Eu acredito que o governo também pensa assim. Vamos nos reunir esta semana para formarmos a comissão. Nós temos, senhor presidente, o período de recesso, mas já poderíamos constituir a comissão. Solicito que o senhor convide os colegas, para que possamos constituir a comissão, com a participação de dois deputados desta Casa...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrada a proposta. Vamos consultar a Comissão de Saúde e encaminhar o pleito.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Ainda pela ordem, senhor presidente, eu quero manifestar nossa gratidão aos profissionais da enfermagem. Quero dizer, Bueno, que, quando eu tive câncer, talvez eu nem me lembre de quantos médicos me atenderam; mas me lembro de que quando eu ia fazer quimioterapia, eu dizia: pelo amor de Deus, eu quero a enfermeira Sandra. Ela me tratava com tanto carinho, com tanto amor, que eu me sentia acolhida. Eu nunca me esqueci desse nome. Eu tenho certeza de que todos nós temos um grande respeito e um carinho imenso pela enfermagem do nosso estado e do nosso país. Obrigada.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para dizer que me sinto contemplado na fala da deputada Mara Caseiro. Nós estivemos na reunião por ela citada. Eu sou o relator da matéria. Ontem nós já definimos a alteração do texto, e amanhã na reunião da CCJR eu devolvo o relatório, o parecer para votação já com a emenda, garantindo-lhes o adicional de função. Amanhã isto estará resolvido. Parece-me que está calendarizado para votarmos primeiro o parecer. Acho que o Camilo pode nos informar isso. Agora o presidente vai convidar os colegas para participarem da comissão, como foi sugerido pelo próprio secretário Caravina. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Não está mais presente. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Agradecemos mais uma vez a manifestação do sindicato, a manifestação dos enfermeiros. Agradecemos a participação do deputado Junior Mochi e da deputada Mara Caseiro na negociação em defesa da enfermagem. A categoria sai desta Casa com a garantia de que será feita a mudança na legislação. Com diálogo, responsabilidade e respeito a gente constrói o melhor para Mato Grosso do Sul. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h49min).